

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**16ª Sessão Ordinária de 2016**

Dia: 23/08/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul  
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista em 24/02/2015

1) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 14/04/2015

2) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10

Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira

Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP n.º 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

3) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 24/11/2015

4) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)

Embargante: Dirceu Dresch

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Santa Catarina

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica  
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Cons. Otavio Brito Lopes  
Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 27/01/2016

5) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

Pedido de Vista em 12/04/2016

- 6) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Pedido de Vista em 14/06/2016

- 7) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001569/2014-04)  
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Brasília  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de Vista em 27/07/2016

- 8) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000229/2015-39  
Requerente: Cândido Furtado Maia Neto – Procurador de Justiça/PR  
Assunto: Trata-se de sugestão, para análise por parte do CNMP, da possibilidade de regulamentação de remoção por permuta entre membros vitalícios dos Ministérios Públicos Estaduais.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Paraná  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Cons. Fábio Bastos Stica

Pedidos de Vista em 09/08/2016

- 9) Sindicância n.º 0.00.000.000260/2014-99 (Recurso Interno) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000130/2012-94)  
Recorrentes: Sílvio Félix da Silva; Constância Berbert Dutra da Silva; Murilo Félix da Silva e Maurício Félix da Silva  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Sindicância instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

10) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa  
Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955  
Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.  
  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Tocantins  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

11) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000008/2016-41 (Recurso Interno)

Recorrente: Sandra Faraj Cavalcante – Deputada Distrital  
Advogados: Elson Crisóstomo Pereira – OAB/DF n.º 2.911; Lecir Manoel da Luz – OAB/DF n.º 1.671  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.  
  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (10/05/16)

12) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000371/2015-86

Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes LTDA.  
Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/DF n.º 32.190; Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Gabriel Ciríaco Lira – OAB/DF 47.2012  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em relação às medidas tomadas pelo mencionado Parquet que contribuíram para inviabilizar a realização da etapa brasileira de Fórmula Indy em Brasília.  
  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: São Paulo

Incluído na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2016)

13) Inspeção n.º 0.00.000.000902/2015-31

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão (26/07/2016)

14) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001634/2013-11

Requerente: Elizabeth Helena de Faria Campos – Promotora de Justiça/MPDFT  
Advogado: Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF nº 36.482  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Assunto: Requer revisão do processo administrativo nº 08190.050803/11-07, que tramitou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

15) Proposição n.º 0.00.000.001675/2014-80

Requerente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos Órgãos Colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal

16) Inspeção n.º 0.00.000.000234/2016-22

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público da União  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria Geral da República.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão (09/08/2016)

17) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001012/2011-12

Requerente: Geraldo Henrique Alves  
Advogado: João Alberto Simões Pires Franco – Defensor Público Federal  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais em relação à adoção de medidas cabíveis a programar plantão de Promotores de Justiça na Comarca de Juiz de Fora/MG visando ao atendimento necessário à população.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Minas Gerais

18) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001678/2014-13

Requerente: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho – Promotor de Justiça/PE  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.0001811/2013-51, para que o membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco seja habilitado em todas as remoções para as quais concorreu e para efeito de contagem de remanescência.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Pernambuco

19) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000217/2015-12 (Embargos de Declaração)

Embargante: Walmir de Oliveira Lima Teixeira

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu os Embargos de Declaração e considerou prejudicada a análise do Recurso Interno interposto.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Paraná

20) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000428/2015-47 (Recurso Interno)

Recorrente: Afonso Ismael Alves Bentes de Sá

Advogado: Hercílio de Azevedo Aquino – OAB/DF n.º33.148

Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Amapá

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Amapá.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Amapá

## PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

### Processos com Pedidos de Vista

#### Pedido de Vista em 24/11/2015

1) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00004/2015-08

Requerente: Paulo Eduardo Bueno

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

#### Pedidos de Vista em 27/01/2016

2) Proposição nº 1.00059/2015-09

Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho

Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Cons. Fábio Bastos Stica

- 3) Proposição nº 1.00126/2015-31  
Proponente: Jarbas Soares Júnior  
Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Presidente

#### Pedidos de Vista em 21/06/2016

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2015-77  
Requerente: Associação do Ministério Público de Rondônia - AMPRO  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Interessado: Flavia Barbosa Shimizu Mazzini  
Objeto: Controle. Decisão. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado de Rondônia. Reconhecimento, Art. 100 combinado art. 127 da Lei Complementar nº 93/93. Licença-Prêmio.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Rondônia  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 5) Proposição nº 1.00236/2016-01  
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

#### Pedidos de Vista em 26/07/2016

- 6) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49  
Requerente: André Luís Alves de Melo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Minas Gerais  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

- 7) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00097/2016-61  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Advogado: José Francisco Ferreira Rebouças – OAB/CE n.º 4.697  
Objeto: Processo Administrativo Disciplinar. Atraso e morosidade em processos e procedimentos. Conduta incompatível com o cargo de Promotor de Justiça. Violação de deveres funcionais. Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Portaria CNMP-CN n.º 30/2016.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Ceará  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Pedido de Vista em 27/07/2016 – Continuação da 13ª Sessão Ordinária

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00452/2015-67 (Apenso: Processo nº 1.00086/2016-63)  
Requerente: Raulino Maracaja Coutinho Filho  
Advogado: Adair Borges Coutinho Neto – OAB/PB n.º 12.441  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ilegalidade. Portaria n.º 829/2015. Ameaça do desfazimento da unidade familiar. Lotação provisória do requerente na PTM de Campina Grande/PB. Procuradoria Geral do Trabalho.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

Pedido de Vista em 09/08/2016

- 9) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00100/2016-00  
Requerente: Franklin Ourives Dias da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024  
Objeto: Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar nº 150754/2014. Pena de censura por infração ao dever funcional.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Bahia  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza



## Processos Remanescentes

### Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

#### 10) Proposição nº 1.00312/2015-43

Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega

Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

#### 11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00200/2015-56

Requerente: Deusdedith Ferreira Araújo – OAB/RR nº 550

Requerido: Ministério Público de Contas do Estado de Roraima

Objeto: Ilegalidades. Concessão de Licença Prêmio em Pecúnia por assiduidade. Membros do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Roraima

### Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (31/05/2016)

#### 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00388/2015-97

Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Ceará

#### 13) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00175/2016-09

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Adequação dos cargos de Assessor Auxiliar de Procurador, Oficial de Gabinete e Secretária de Procurador. Prescrições do art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal. Item 21.1.31 do relatório conclusivo da Inspeção.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Amapá

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão (13/06/2016)

- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 15) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00095/2016-54  
Requerente: Benedicto de Oliveira Guedes Neto  
Advogado: Renato Duarte Bezerra – OAB/TO nº 4.296  
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Suspensão Liminar. Anulação. Julgamento. Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Tocantins. Formação de Lista Tríplice. Princípios da Administração Pública. Resolução 001/2012. Promoção por merecimento. 26ª Promotoria de Justiça de Palmas.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Tocantins

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (26/07/2016)

- 16) Procedimento de Controle Administrativo n.º 1.00230/2015-90  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Servidores cedidos de outros órgãos. Acúmulo de funções de membros. Insuficiência de servidores. Relatório Conclusivo da Inspeção. Teor das proposições 31.1.2, 31.1.8b, 31.1.10, 31.2.9, 31.2.10 e 31.2.12.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Pernambuco
- 17) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00338/2015-64  
Requerente: Terra Selvagem Golfe Clube Ltda  
Advogado: Antonio Ernani Pedroso Calhao – OAB/SP nº 299079  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Mato Grosso. Decisão que rejeitou a instauração de processo administrativo disciplinar de que trata o procedimento GEOC nº 00030-24-2015.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Mato Grosso

- 18) Proposição nº 1.00439/2015-53  
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Proposta de Resolução que proíbe a designação para função de confiança ou a nomeação para cargo em comissão no Ministério Público de pessoa que tenha praticado atos tipificados como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal
- 19) Consulta nº 1.00103/2016-71  
Requerente: Lauro Pinto Cardoso Neto  
Objeto: MPU. Contratação indireta de suporte presencial ou remoto a usuários. Central de Atendimento. Atendimento de serviços de menor complexidade.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Distrito Federal
- 20) Proposição nº 1.00294/2016-71  
Proponente: Conselheiro Gustavo do Vale Rocha  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Observância dos art. 126 a 129 da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal – LEP). Fomento a ações voltadas ao oferecimento de cursos e disponibilização de livros às pessoas privadas de liberdade.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 21) Proposição nº 1.00395/2016-60  
Proponente: Conselheiro Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Objeto: Proposta de Emenda Regimental. Adequação do Regimento Interno às disposições do Novo Código de Processo Civil.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão (09/08/2016)

- 22) Procedimento Avocado nº 1.00021/2015-28  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Avocação. Processo nº 2015.0017.6159. Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Goiás
- 23) Pedido de Providências nº 1.00343/2015-30  
Requerente: Maurides Rodrigues Nascimento  
Advogado: Johann Homonnai Junior – OAB/DF n.º 42500  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Atuação indevida de membros do Parquet. Programa de Banimento do Amianto. Extração de amianto crisolato.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Goiás

- 24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00415/2015-40  
Requerente: Eder Pontes da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Interessado: Lorenzo Silva de Pazolini  
Objeto: Sustação dos efeitos da decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Anulação de Questões. Concurso Público para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Edital nº 1 – MPE/ES/2010.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Espírito Santo
- 25) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00009/2016-68  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão. Decisão exarada na RIEP n.º 1.000264/2015-48. Atuação desidiosa. Prescrição dos fatos apurados no Processo nº 8747/2011.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal
- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00065/2016-10  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Decisão. PCA CNMP nº 0.00.000.001738/2014-06. Apuração. Regularidade de controle da jornada de trabalho. Servidores. Ministério Público do Estado do Pará.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Distrito Federal
- 27) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00068/2016-81  
Requerente: Natanael Tenório da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça da Comarca de Barueri. Andamento processual. Alegação de inércia.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: São Paulo
- 28) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00074/2016-01  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar que tramitou no Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Origem: Bahia

- 29) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00075/2016-65  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Portaria CNMP-CN nº 020/2016. RD 0.00.000.000855/2015-25.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00196/2016-43  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Guilherme Messias Cavalleiro de Macedo – OAB/PA nº 15.450-B  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos. Portaria nº 1422/2016-MP/PGJ. Cancelamento dos registros dos servidores efetivos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil. Resolução CNMP nº 27/2008.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Pará
- 31) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00397/2016-78  
Requerentes: Marilândia Alecrim dos Santos Vieira; Maurício Hermogenes Souza  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Alegação de inércia. Sindicato dos Servidores da Educação. Denúncia de inadimplência do Instituto de Previdência de Campo Formoso quanto ao repasse de recursos recolhidos.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Bahia
- 32) Consulta nº 1.00412/2016-79  
Requerente: Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público – ANSEMP  
Interessado: Francisco Antonio Távora Colares  
Objeto: Ministério Público brasileiro. Automaticidade da revisão de subsídios dos membros por ato administrativo. Consulta sobre possibilidade de dispensa de edição de lei específica para majorar remuneração de agentes públicos.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Ceará
- 33) Proposição nº 1.00413/2016-22  
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Proposta de Recomendação que define parâmetros para a atuação do Ministério Público brasileiro no controle do dever de gasto mínimo em educação.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal

- 34) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00429/2016-07  
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público  
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163  
Requerido: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Nulidade. Portaria 1042/2015. Designações de comissões para condução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Rio de Janeiro
- 35) Nota Técnica nº 1.00431/2016-04  
Proponente: Conselheiro Fábio Bastos Stica  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Nota Técnica. Projeto de Lei nº 233/2015, em trâmite no Senado Federal. Regramento do inquérito civil e dos procedimentos correlatos a cargo do Ministério Público.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00468/2016-23  
Requerentes: Claudio Facundo de Lima; Jheise de Fatima Lima da Gama; Joaquim Lves Figueiredo  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Concurso para ingresso na carreira. Exame psicotécnico. Falta de objetividade e falta de informações mínimas do exame. Extrapolação dos limites da Lei Complementar Estadual nº 11/93 pelo Edital 21/2016. Reintegração dos requerentes ao Certame.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Amazonas
- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00486/2016-05  
Requerentes: Roberto Carlos Soares Figueiredo; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Concessão de licença para mandato classista. Lei Estadual do Pará n.º 5.810/1994. Lei Federal n.º 8.112/90.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Pará
- 38) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00510/2016-05  
Requerentes: Conselho Nacional do Ministério Público; Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Declaração de irregularidade de ato de afastamento de membro para curso no exterior. Determinação. Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Cumprimento das exigências da Resolução CSMPT nº 78/2008. Relatório de Inspeção. Processo nº 0.00.000.000197/2016-52.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal

39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00558/2016-14

Requerentes: Glaucio Araujo de Oliveira – Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região

Requerido: Ministério Público do Trabalho

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Portaria n. 434/2016, da Procuradoria Geral do Trabalho. Fixação de vagas de Procurador Regional do Trabalho por sede das PRTs. Alteração na organização administrativa sem participação do Conselho Superior. Requer sustação dos efeitos da referida Portaria.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Paraná

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**